



SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE SERGIPE

Marcos Ribeiro Prata Júnior
UFS

Ana Luisa Dal Belo Carneiro Leão
UFS

Wanusa Campos Centurion
UFS

Debora Eleonora Pereira da Silva
UFS

Resumo

O presente trabalho cujo título é Segurança e Saúde Ocupacional - SSO: o caso de uma instituição pública de Sergipe, busca levantar e analisar as atuais práticas adotadas pelo órgão de Recursos Humanos da organização em pesquisa com relação à SSO dos seus servidores. Trata-se de um estudo descritivo, cujos métodos utilizados foram a pesquisa de campo, complementada pela pesquisa documental como meio de investigação, além do enfoque quali-quantitativo. A população nesta pesquisa foram os colaboradores da instituição pública de Sergipe em pesquisa, dentre eles os estagiários, funcionários com cargo de comissão e funcionários efetivos. Os resultados evidenciam que as práticas de SSO adotadas pelo órgão de Recursos Humanos merecem melhorias para que sejam plenamente percebidas pelos servidores do órgão, principalmente no que se refere à prevenção e combate ao estresse. Diante disso, as sugestões apresentadas basearam-se nos objetivos da SSO, com destaque para a promoção de melhores condições ambientais e controle de fatores causadores de doenças ocupacionais, dentre outros.

Palavras-chaves: Segurança. Saúde Ocupacional. Recursos Humanos

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade abordar a Segurança e Saúde Ocupacional - SSO dos trabalhadores de uma instituição pública de Sergipe, levando-se em conta o estudo das possíveis doenças e acidentes que venham acometer os funcionários desse órgão.

É notório que as atuais imposições do mercado internacional quanto à qualidade de produtos acabam por induzir a uma reestruturação industrial flexível que alia automação e outros avanços tecnológicos a novas modalidades organizacionais e de gestão/controle da força de trabalho. Porém, deve-se salientar que as mudanças organizacionais trazem consigo um novo desafio para a Gestão de Pessoas, caracterizado pelos novos padrões de terceirização e subcontratação, e, principalmente, por um contingente de trabalhadores desprotegidos, ignorados pelas empresas, em constante rotação, sem direito à assistência e ao controle de sua saúde ou sem reconhecimento da condição de cidadão-trabalhador doente, representa um dos grandes desafios para a investigação e intervenção no âmbito da segurança e saúde do trabalhador.

Analisando o contexto acima, nota-se que a temática sobre SSO vêm ganhando um tratamento especial por parte dos gestores nas organizações, principalmente por oferecer condições ótimas de trabalho pode representar ganhos para a organização e para as pessoas que nela trabalham. Com a exigência de uma maior flexibilidade do trabalhador, o aumento da jornada de trabalho, a introdução de novas tecnologias e os mais diferenciados estilos de gestão, faz com o que o corpo funcional da empresa esteja sujeito a um maior índice de acidentes e doenças no trabalho.

Neste sentido, garantir um ambiente de trabalho saudável torna-se um dever legal e moral tanto para os gestores organizacionais, quanto para os governantes do nosso país. Dentro do contexto organizacional cabe à área de recursos humanos, através do setor de Segurança do Trabalho, criar políticas e práticas destinadas à prevenção de acidentes, baseadas na análise das ocorrências e redução das doenças ocupacionais e dos riscos acidentais.

Pretendeu-se, com esse estudo, contribuir para a análise e possível melhoria das práticas relacionadas à SSO no intuito de proporcionar aos funcionários melhores condições de trabalho e aos gestores, um diagnóstico do que vem sendo feito neste sentido pela Gerência de Recursos Humanos da organização em pesquisa.

1.1. JUSTIFICATIVA

O tema em discussão é importante devido ao crescimento de situações adversas no ambiente de trabalho que geram doenças e acidentes e, principalmente, dos enormes prejuízos provocados pelas doenças ocupacionais e acidentes no trabalho, tanto para as pessoas envolvidas, quanto para as organizações e governos.

A pesquisa é oportuna, pois, de acordo com o responsável pela instituição pública em pesquisa não há um estudo mais apurado sobre o assunto ou qualquer forma de prevenção ou controle de acidentes ou doenças no trabalho nesse local. A sua investigação proporciona o conhecimento das atuais condições de trabalho a que estão sujeitos os seus colaboradores.

Pode-se dizer que a execução dessa pesquisa é factível e viável face à disponibilidade para coleta dos dados, além da colaboração da instituição. Quanto ao aspecto teórico, apesar de recente e em evolução, existe uma base conceitual que fundamenta a pesquisa. Portanto, pode-se dizer, também, que o resultado dessa pesquisa é de fundamental importância, já que fornece auxílio às instituições públicas na adoção de medidas que garantam a integridade física e a qualidade de vida de seu corpo funcional, além conscientizá-las a agir com responsabilidade social.

1.2. SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA E PROBLEMA DE PESQUISA

A SSO tem sido considerada polêmica por se tratar de um problema que afeta a maioria das organizações, independente de sua tipificação, seja ela de caráter público ou privado, não se levando em consideração também o seu porte.

Segundo informações do Programa de Saúde e Segurança da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dois milhões de trabalhadores morrem a cada ano de doenças ocupacionais e acidentes ocorridos no ambiente de trabalho. O custo dos acidentes e doenças ocupacionais corresponde a cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), do mundo.

Conforme informações obtidas no *site* CUT-Brasil (2008), nosso país recebeu o título de campeão mundial em vítimas de acidentes e doenças do trabalho, apresentando no período compreendido entre 1970 a 2002, o número de 32.730.445 acidentes de trabalho, ocorrendo 130.755 mortes entre a classe trabalhadora brasileira. Além disso, é de conhecimento dos

órgãos governamentais e sociedade que inúmeros acidentes não são registrados, devido, entre outros problemas que os funcionários públicos e os trabalhadores do mercado informal que não são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) estão fora das estatísticas e que empresas, por problemas de indenização e seguros, sonegam dados de notificação de acidentes.

Cientes destas informações, as organizações passaram a investir em programas voltados para a prevenção de acidentes, além de criar práticas capazes de promover condições adequadas de trabalho, bem como controlar os fatores causadores das doenças.

De acordo com Araújo (2006, p. 193) “a implementação de um sistema de saúde e segurança do trabalho torna-se cada vez mais incorporada ao dia-a-dia das organizações, uma vez que começam a perceber as vantagens intrínsecas desta prática, inclusive como forma de sobrevivência no mercado”.

Diante desse panorama, houve a intenção de levantar informações e analisar as atuais práticas relacionadas à SSO dos servidores da instituição pública de Sergipe, bem como possibilitar a este órgão conhecer novos caminhos no sentido do aperfeiçoamento das questões de saúde e segurança no trabalho. A priori, foi estabelecido como problema de pesquisa que teve o propósito nortear o estudo sobre SSO o seguinte questionamento: Até que ponto as atuais práticas adotadas pela Gerência de Recursos Humanos da instituição pública de Sergipe têm sido adequadas na prevenção dos acidentes de trabalho e redução dos problemas relacionados à saúde ocupacional dos seus servidores?

1.3. OBJETIVOS

De acordo com Vergara (2004, p. 25) “se o problema é uma questão a investigar, objetivo é um resultado a alcançar. Nesse estudo a resposta para a problemática em questão apresenta-se dividida em objetivo geral e específico.

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Levantar e analisar as atuais práticas adotadas pela de Gerência Recursos Humanos de uma instituição pública de Sergipe em relação à SSO dos seus servidores.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Levantar o perfil sócio-ocupacional dos servidores da organização em pesquisa.
- b) Identificar as práticas da gestão de recursos humanos voltadas para a SSO da organização em pesquisa.
- c) Identificar os riscos existentes na instituição pública de Sergipe para a SSO de seus servidores.
- d) Detectar medidas preventivas e de controle de acidentes e doenças ocupacionais adotadas pelo RH da organização em pesquisa.
- e) Avaliar a percepção dos servidores em relação aos aspectos de SSO.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: O QUE É?

De acordo com Vasconcelos (1994), os estudos realizados para a compreensão da relação processo de trabalho e saúde, se fundamentam em práticas convencionais da Medicina do Trabalho e da Engenharia de Segurança, onde o entendimento dessa relação é resultante exclusiva da ação isolada de agentes patogênicos sobre o corpo do trabalhador ou, no máximo, pela multiplicidade e interação de grupos de agentes em que a ênfase é voltada para a proteção "contra" os riscos.

Conforme Vasconcelos e Ribeiro (1997) o entendimento desses problemas exige uma articulação complexa, envolvendo conhecimentos interdisciplinares e que não pode desprezar o saber operário, sistematizado a partir do registro do olhar dos trabalhadores sobre seu ambiente e sua percepção de adoecimento, de riscos e de acidentes.

A segurança do trabalho enfatiza a prevenção dos acidentes de trabalho decorrentes dos inúmeros riscos operacionais existentes nos ambientes em que esse trabalho é executado, tais como: eletricidade, proteção de máquinas, armazenamento, dentre outros. As organizações que implementam ações de Segurança e Saúde no trabalho tem como vantagens: minimização dos riscos para os trabalhadores; agregação de autoestima, melhoria da produtividade e da competitividade, criação de uma imagem de responsabilidade (SALIBA, 2005, p.24).

Carvalho (1997, p.313) afirma que a segurança no trabalho, como meio de precaução de acidentes no empreendimento, deve ser considerada como um dos fatores imprescindíveis para o alcance da produtividade. Seu propósito, conforme Araújo (2006, p.191) é a de manter e assegurar que a estrutura organizacional e os procedimentos realizados durante a jornada de trabalho estejam certos, isto é, proporcionar que os indivíduos se encontrem em um ambiente com condições favoráveis.

Para Zocchio (1996, p.44), como enquanto função, a segurança do trabalho requer capacidade de relacionamento intersetorial e interpessoal, tanto na área técnica como administração para a o alcance dos seus objetivos.

2.2. Administração de Recursos Humanos (ARH) e o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho

A área de Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho (HSMT) responde por uma função de extrema relevância no conjunto de atribuições que concerne à manutenção de pessoas: a promoção da vida humana e a continuidade do processo de produção com índices de produtividade desejáveis. (MARRAS, 2000, p.207)

Além disso, envolve as responsabilidades legais e morais de garantir áreas de trabalho livre de riscos desnecessários e de condições ambientais que possam ocasionar prejuízos à saúde física e mental dos indivíduos. As enfermidades profissionais e os acidentes laborais causam enormes perdas às pessoas e às organizações em termos de custos humanos, sociais e financeiros.

Na opinião de Costa e Costa (2004, p.141), as ações de segurança e saúde no trabalho devem ser geridas baseadas em ações eficientes e eficazes, levando-se em consideração o número de colaboradores existentes, os recursos disponíveis e os agentes de riscos presentes, com a finalidade de atender à legislação e de promover a saúde e o bem-estar.

Para executar tais atividades relativas à Segurança no Trabalho, o subsistema de manutenção de pessoas atua sob a perspectiva do estabelecimento de procedimentos de segurança baseados em um conjunto de medidas técnicas, educacionais, médicas e psicológicas, empregadas para prevenir acidentes, seja eliminado as condições inseguras do ambiente, seja por meio da implantação de práticas preventivas, sendo indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho (CHIAVENATO, 2004, p. 435).

De acordo com Zocchio (1996, p. 78) “uma política definida de segurança no trabalho é uma forma de dar estabilidade às suas atividades profissionais”. A política de segurança deverá estar apoiada em quatro pontos, a saber:

- Responsabilidades e atribuições: são definidas a partir das responsabilidades institucionais, sociais e econômicas da empresa;
- Comunicação, registro e investigação de acidentes: todos os acidentes devem ser comunicados às pessoas e setores interessados;
- Instruções e treinamento: todos os empregados receberão treinamento visando o desempenho do trabalho;
- Promoção e divulgação: será mantido um programa de treinamento de promoção e divulgação de assuntos preventivistas, com a finalidade de desenvolver o espírito da prevenção de acidentes entre todos os funcionários.

As condições de trabalho que assegurem a saúde física e mental e com as condições de saúde e bem-estar das pessoas estão relacionadas com a higiene do trabalho. Do ponto de vista de saúde física, o local de trabalho constitui a área de ação da higiene de trabalho, envolvendo aspectos ligados com exposição do organismo humano a agentes externos como ruído, ar, temperatura, umidade, luminosidade e equipamentos de trabalho (CHIAVENATO, 2004, p. 430).

Segundo Araújo (2006, p. 191) a saúde ocupacional apresenta como formação e complementação de seus objetivos três conceitos que explicam de forma direta e transparente alguns critérios básicos sobre sua aplicação:

- Promoção das condições ambientais – variáveis exigidas e incluídas no ambiente de trabalho, tais como iluminação, ruídos e temperatura. As organizações devem estar sempre atentas às necessidades básicas com relação à jornada de trabalho.
- Controle dos fatores causadores de doenças – controle dos fatores de causadores de doenças, fatores de risco à saúde, sejam eles físicos, químicos ou biológicos.
- Prevenção, redução e eliminação das causas prejudiciais – desenvolvimento de planejamentos, programas e aplicações de toda ordem, com o intuito de orientar e promover a educação correta na execução das atividades cotidianas e utilização dos materiais necessários para a realização destas.

2.3. ACIDENTES DE TRABALHO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Costa e Costa (2004, p.06) definem acidente de trabalho da seguinte forma:

Acidente, palavra de origem latina – *accidens* (acaso) -, é qualquer fato que interrompe o andamento normal de uma ação ou acontecimento, causado por fatores que podem ser de origem humana, social, ambiental, instrumental etc., e que provoca danos pessoal, material, ou ambos. Quando não provoca danos recebe o nome de Incidente.

De acordo com Marras (2000, p.208), a antecipação a acidentes no trabalho é um planejamento de longo prazo que objetiva, antes de tudo, a conscientização do empregado em resguardar sua própria vida e dos companheiros por meio de ações mais seguras e de um pensamento constante sobre a descoberta a priori de condições inseguras que possam originar eventuais acidentes no trabalho.

Dentre os possíveis motivos para ocorrência de acidentes no trabalho Costa e Costa (2004, p.09 - 14), destacam: fatores sociais; instrução não adequada; atividades feitas de forma não planejada; supervisão incorreta e/ou inapta; descumprimento de normas; práticas de trabalho impróprias; manutenção incorreta; utilização inadequada de equipamentos de proteção; uso de materiais de origem desconhecida; layout incompatível; higiene pessoal; jornada excessiva de trabalho; falta de organização e limpeza; excesso de confiança, displicência; e desconhecimento dos fatores de risco pertinentes ao método de trabalho.

2.4. LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Com a revolução industrial o número de processos industriais e de acidentes de trabalho cresceu bastante, pois foi surgindo à mecanização juntamente com a mão-de-obra sem qualificação. Não havia proteção de segurança para as máquinas, bem como treinamentos e equipamentos de proteção individual para os trabalhadores, além do dia de trabalho ser extenso e a alimentação inadequada. Com o alastramento dos acidentes e doenças do trabalho, foi surgindo uma preocupação com o bem-estar dos trabalhadores que acabou culminando em leis, conferências internacionais e na criação, em 1919 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em Genebra, além de pesquisas sobre os riscos ocupacionais e formas de prevenção (ALBERTON, 1996 apud ASSMANN, 2006).

Conforme Zocchio (2002) em 1944 o Brasil adotou a recomendação da OIT que foi criada por um comitê formado em 1921 para divulgar e recomendar medidas preventivas de acidentes e doenças do trabalho, sendo conhecida, posteriormente, como a nova lei de Prevenção de Acidentes. Porém foi em 1978, segundo Souto (2003 apud Assmann, 2006) que houve um grande avanço no campo prevencionista nacional através da atuação do Ministério do Trabalho que, por intermédio da Portaria n.º 3.214 de 8 de junho de 1978, aprovou as Normas Regulamentadoras (NR), previstas no Capítulo V da CLT.

Os preceitos Legais de proteção que asseguram a saúde e segurança iniciaram em 1943, com a CLT, e posteriormente, em 1978, com a introdução da Portaria do Ministério do Trabalho – MTb n.º 3.214 de 1978, documento que aprovou as normas regulamentadoras do Capítulo V da CLT, relativas a segurança e medicina do trabalho constituída, inicialmente, por 28 normas (COSTA e COSTA, 2004, p.03).

De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 05, que estabelece a CIPA, obriga as organizações públicas e privadas a organizarem e manterem uma comissão formada por representantes dos empregados e do empregador, a depender da classificação econômica dessas empresas. O seu objetivo é executar atividades, sugestões e recomendações, propiciando melhorias na ambiência de trabalho.

Equipamento de Proteção Individual (EPI), por sua vez, corresponde a qualquer equipamento utilizado de forma individualizada pelo trabalhador com o objetivo de resguardá-lo de um agente de risco, ou de vários, visando garantir sua segurança e a saúde no trabalho. Qualquer complemento ou acessório que possua tal finalidade também é considerado EPI (COSTA; COSTA, 2004, p.23).

Marras (2000, p.223) relata que a partir de 30 de dezembro de 1994, em consonância com a Portaria n.º 24/94, a elaboração de um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) é obrigação de toda organização, com o objetivo de manter a saúde dos seus trabalhadores, coordenado por um médico do trabalho que pertence ou não ao quadro de funcional da empresa.

O programa de medicina ocupacional executa programas de preservação da saúde dos trabalhadores, aborda exames médicos exigidos pela lei, palestras de medicina preventiva, preparação do mapa de riscos ambientais, relatório anual e arquivos de exames médicos com análises clínica e exames complementares, buscando a qualidade de vida dos funcionários e aumento de produção da empresa (CHIAVENATO, 2004, p.432).

Os serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, título da quarta norma regulamentadora do trabalho urbano NR 4, foram criados com a finalidade de promover a saúde e proteger integridade do trabalhador, no local de trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida, a promoção da saúde do trabalhador e do meio ambiente de trabalho; objetivando garantir, um nível mais eficaz de segurança e saúde a todos os trabalhadores (MORAES, 2005, p. 141).

3. METODOLOGIA

Para a caracterização do presente estudo, adotou-se tipologia de pesquisa apresentada por Vergara (2004, p.46-47), baseada em dois critérios de classificação: quanto aos fins e os meios. Quanto aos fins aspectos descritivos, pois explícita a caracterização de determinada população ou de determinado fenômeno - no caso, SSO, não respondendo de forma convincente o porquê, mas analogamente podem associar certos resultados a grupos de respondentes (ROESCH, 2005, p.137; VERGARA, 2004, p.47). Quanto aos meios, a pesquisa apresenta investigação documental, uma vez que o estudo foi baseado em documentos cedidos pela instituição pública em pesquisa. Apresenta caráter de um estudo de caso, uma vez que, terá como enfoque a população desta organização.

O universo da pesquisa apresenta como composição o quadro funcional da organização em pesquisa, totalizando 54 indivíduos de ambos os sexos, que inclui estagiários, funcionários com cargo de comissão e funcionários efetivos. O instrumento de coleta de dados (questionário) teve, na sua constituição, 18 questões, abertas e fechadas. O processo de tratamento de dados foi feito através de um software de análises estatísticas e gerenciamento de dados, conhecido como *Statistical Package for Social Sciences-SPSS*. Utilizaram-se, também, dos recursos da planilha eletrônica Excell que auxiliou na elaboração de gráficos e tabelas, e do processador de textos Microsoft Word 2003.

É conveniente salientar que na tabulação dos dados, utilizou-se a seguinte escala: 5 - Muito Satisfatório; 4 - Satisfatório; 3 - Parcialmente Satisfatório/ Insatisfatório; 2- Insatisfatório; 1 - Muito Insatisfatório. As estatísticas utilizadas foram; frequência absoluta, frequência relativa (percentual) e a média ponderada na base 10, obedecendo a seguinte conversão:

Quadro 1: Escala e ponderações.

Escala	Significado	Média
1	Muito Insatisfatório (M.I)	$0,0 \leq M.I \leq 2,0$
2	Insatisfatório (I)	$2,0 < I \leq 4,0$
3	Parcialmente Satisfatório/ Insatisfatório	$4,0 < P.S. / P.I \leq 6,0$
4	Satisfatório (S)	$6,0 < S \leq 8,0$
5	Muito Satisfatório (M.S)	$8,0 < M.S \leq 10,0$

Fonte: (BAKER, 2005).

4. RESULTADOS ALCANÇADOS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

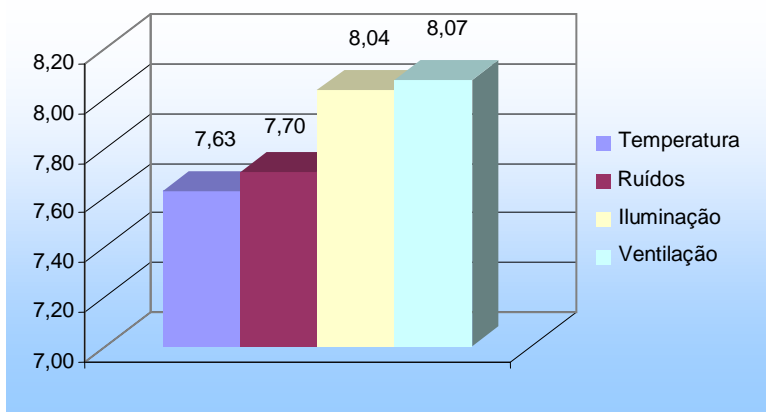
4.1. RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE PESQUISA

Este tópico tem como objetivo responder as questões de pesquisa, sendo que os resultados aqui apresentados foram embasados nos dados coletados nesta pesquisa.

Com relação ao **perfil sócio-ocupacional** dos servidores da organização em pesquisa, a maioria da população é formada por mulheres com idade entre 16 e 35 anos, solteiras, nível de escolaridade superior em andamento ou completo, algumas possuindo pós-graduação, com até cinco anos de tempo de serviço.

Dentre as **práticas de gestão de pessoas** voltadas para **segurança e saúde ocupacional**, as mais citadas pelos servidores foram: a instalação de equipamentos de segurança; identificação e sinalização de áreas de risco; realização de treinamentos; e comunicação através de palestras, cartazes e outros meios. Com relação ao **ambiente físico**, através do gráfico 1 foi possível constatar que o item melhor avaliado pelos servidores diz respeito à ventilação do local que obteve uma média 8,07 podendo ser considerado como muito satisfatório. Já a temperatura foi o aspecto apontado com o menor índice de satisfação. Embora possam estar relacionados é importante frisar que, de acordo com Chiavenato (2004, p. 430) a ventilação refere-se a remoção de gases, fumaça e odores desagradáveis, já a temperatura refere-se a manutenção de níveis adequados de temperatura.

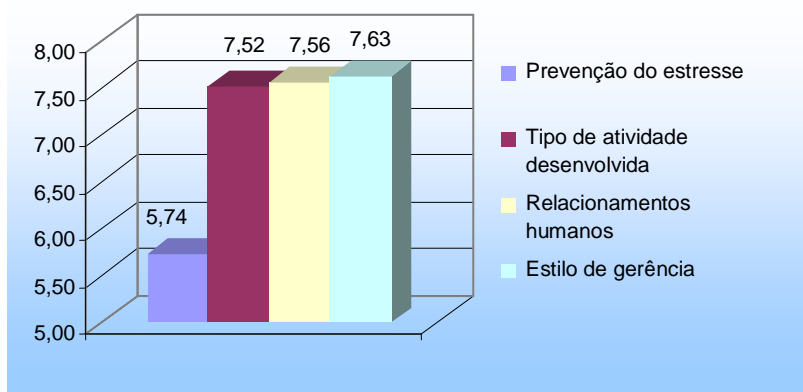
Gráfico 1: Condições do Ambiente Físico



Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

As condições do ambiente psicológico obtiveram as médias mais baixas. Foi possível notar que os elementos referentes a relacionamentos humanos, tipo de atividade e estilo de gerência foram avaliados de forma positiva obtendo media em torno de 7,5, ou seja, satisfatório. Porém, a prevenção ao estresse foi o item com a menor média 5,7, sendo considerado parcialmente satisfatório. O que pode significar que medidas anti-estresse não vêm sendo tomadas ou não tem sido aplicadas de forma correta, não obtendo um resultado satisfatório.

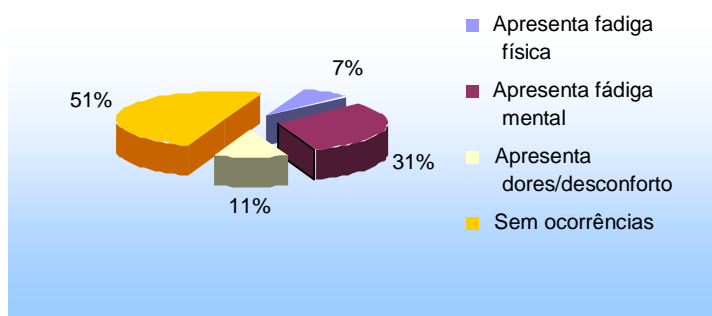
Gráfico 2: Condições do Ambiente Psicológico



Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Com relação a possíveis sintomas de doença/cansaço, mais da metade dos servidores informaram não sentir qualquer tipo de fadiga, dores ou desconforto. Contudo, daqueles que afirmaram alguns destes sintomas 31% queixam-se de cansaço mental, que certamente é decorrente do tipo de trabalho desempenhado naquele órgão, isto é, atividades burocráticas que exigem grande concentração e responsabilidade, um trabalho que exige mais da mente do que de esforço físico (gráfico 3).

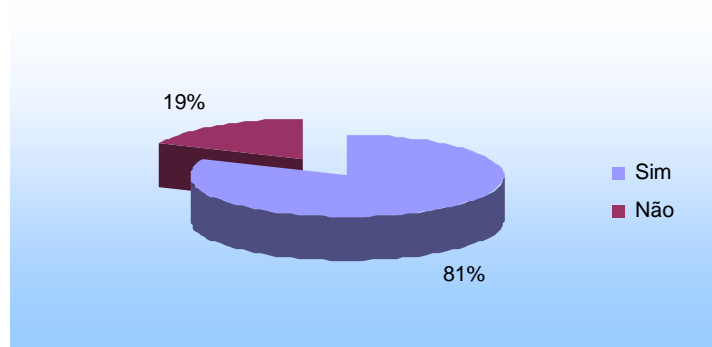
Gráfico 3: Condicionamento Físico Pós Jornada de Trabalho



Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

De acordo com Chiavenato (2004, p. 433) o **estresse** contempla um conjunto de reações físicas, químicas e mentais de uma pessoa decorrente de estímulos ou estressores que existem no ambiente. Quando questionados sobre a ocorrência do estresse a maioria dos entrevistados (81%) responderam já ter sentido ou sentir-se estressado (gráfico 4).

Gráfico 4: Ocorrência de Estresse



Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Efetuando-se o cruzamento entre a ocorrência de sensação de estresse e o tempo de serviço ilustrado pela tabela 1, é possível verificar que aqueles em todas as faixas de tempo de serviço há uma ocorrência elevada de pessoas que já sentiram ou se sentem estressadas, isto é, não é possível afirmar que existe uma correlação direta entre a ocorrência de estresse com o número de anos de serviço.

Tabela 1: Cruzamento Estresse X Tempo de Serviço

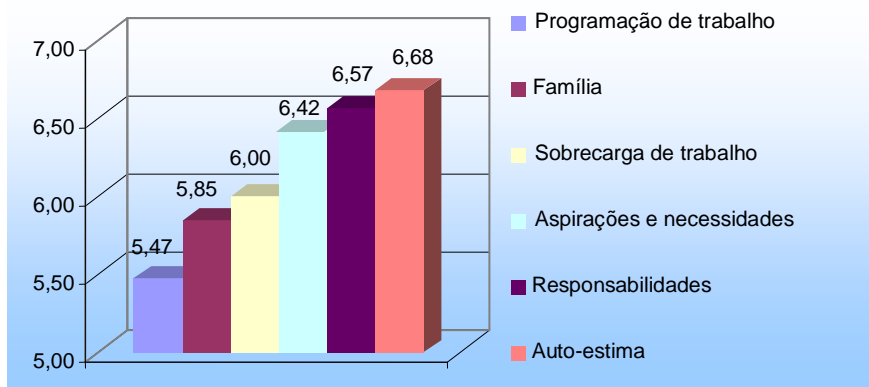
Estresse	Tempo de Serviço				Total
	Menos de 01 ano	01 a 05 anos	06 a 10 anos	mais de 10 anos	
Sim	14	14	5	11	44
Não	2	5		3	10
Total	16	19	5	14	54

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Quando apresentados alguns estressores comumente citados da literatura utilizada neste trabalho os servidores apontaram a influência com que cada um determina situações estressantes na sua vida/trabalho.

Segundo escala utilizada observou-se que o fator causador de estresse mais relevante se refere a autoestima diretamente ligada a aspectos motivacionais do trabalho, como por exemplo, perspectiva de progresso profissional. A família também foi apontada como relevante, o que pode significar que o indivíduo chega ao trabalho preocupado com questões familiares que, por certo, interferem no desempenho de suas atividades.

Gráfico 5: Fontes de Estresse



Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Em síntese, pode-se observar que, com relação aos fatores de risco existe uma maior necessidade de melhoria nas condições que propiciem um menor desgaste mental, ou seja, uma intensificação em medidas preventivas do estresse. Tais medidas devem focar o sentido de realização no trabalho, o fortalecimento de relações construtivas, a prática de pausa e exercícios intra-jornada e, certamente, a inclusão de um programa de ginástica laboral.

O estresse também pode ser reduzido através do planejamento entre objetivos pessoais e profissionais; prática de exercícios regulares; adoção de uma boa dieta alimentar; sessões de meditação e relaxamento; psicoterapia e até mesmo a psicanálise, na qual o psicanalista analisa os estratos mais profundos da personalidade para descobrir as raízes do comportamento anormal (CHIAVENATO, 2004, p. 436).

Dentre as **medidas de controle e prevenção** de acidentes e doenças ocupacionais adotadas pelo SESMT, a mais observável foi a realização de exames médicos ocupacionais, além disso, no que concerne à Prevenção das Doenças as ações citadas são: vacinação antitetânica; prevenção de doenças osteomusculares e orientação de forma adequada de trabalho. Entretanto, nota-se que algumas medidas simples de prevenção de doenças como, por exemplo, a prática de exercícios e o acompanhamento médico são realizados por iniciativa própria do servidor.

Através do cruzamento entre a ocorrência de sensação de estresse e a prática de atividades físicas é possível verificar de forma sutil que naqueles que se exercitam a ocorrência é menor. Contudo, não é possível afirmar que existe uma relação direta entre as variáveis cruzadas.

Tabela 2: Cruzamento Estresse X Exercício físico

Estresse	Exercício físico				Total
	Não pratico	Pratico raramente	Pratico moderadamente	Pratico regularmente	
Sim	15	12	8	9	44
Não	7	2	1		10
Total	22	14	9	9	54

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

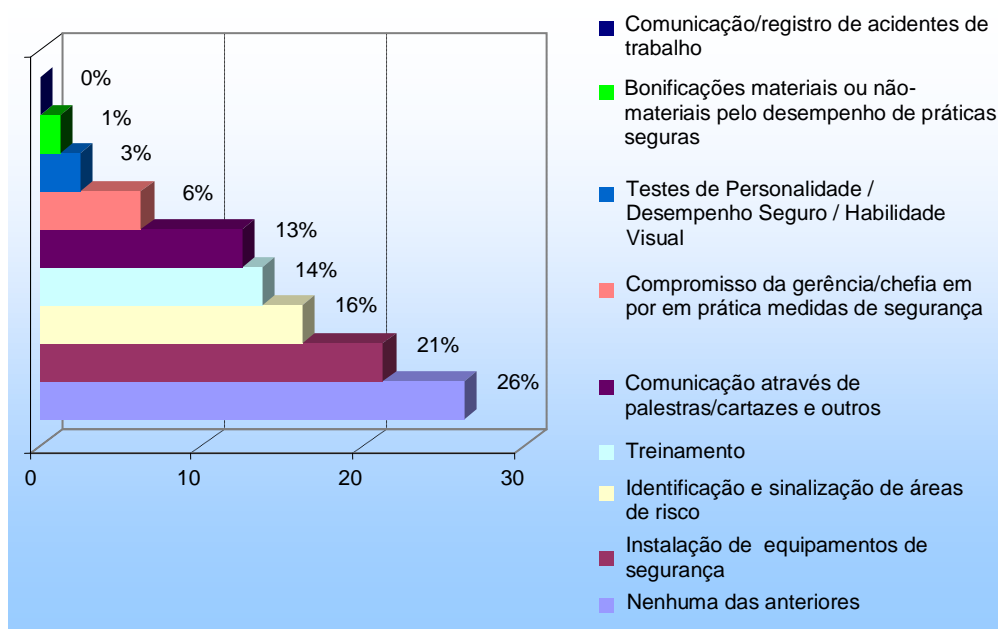
Com relação ao **acompanhamento médico** mais da metade dos respondentes (54%) afirmam que possuem este acompanhamento. O sucesso no tratamento de enfermidades e até mesmo a prevenção de doenças está diretamente relacionada ao acompanhamento periódico

de um profissional da saúde. O SESMT pode auxiliar nesta tarefa exigindo dos funcionários exames periódicos e os encaminhado aos serviços de saúde.

Atualmente o SESMT atua no diagnóstico precoce através da execução dos exames médicos ocupacionais. Qualquer um dos exames inclui a realização obrigatória de um exame clínico visando avaliar principalmente se existem alterações relacionadas ao risco que o servidor está exposto. Os exames a serem realizados são: admissional, mudança de função e periódico (os dois últimos ainda não foram instituídos como rotina).

Através da mensuração **grau de conhecimento** dos servidores com relação aos aspectos de segurança e saúde ocupacional, foi constatado que a grande maioria deles afirmam que não recebem informações acerca do tema, o que significa dizer que o aspecto comunicação do programa de higiene do trabalho não vem sendo realizado ou está sendo executado de forma ineficaz.

Gráfico 06: Práticas de Prevenção de Acidentes



Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Um ponto extremamente importante levantado diz respeito a **comunicação** sobre a prevenção de acidentes. Quase que a totalidade dos entrevistados (96%) afirmam não ter recebido informações a respeito da prevenção de acidentes. É importante ressaltar que a propaganda sobre segurança pode ajudar a reduzir atos inseguros.

Quando apresentadas algumas práticas de prevenção de acidentes na percepção dos servidores sobre a aplicação das mesmas, 26% de todas as citações feitas são de que nenhum dos itens apresentados (comunicação, bonificações, testes, etc) é executado na organização em pesquisa (gráfico 06). A instalação de equipamentos de segurança foi alternativa mais citada com 21% das respostas. A identificação de áreas de risco aparece logo após (16%) seguida do treinamento (14%). Faz-se necessário lembrar que as medidas de prevenção devem estar focadas na eliminação de condições inseguras e redução dos atos inseguros, através da adoção das práticas apresentadas e outras dentro de um programa de prevenção de acidentes.

4.2. IMPLICAÇÕES ACADÊMICAS

Quanto às implicações acadêmicas, verificou-se que as atuais práticas adotadas pelo SESMT não tem sido plenamente adequadas na redução dos problemas relacionados à saúde ocupacional dos servidores. Percebe-se que há um distanciamento entre o órgão responsável, o SESMT, e a instituição pública em pesquisa. Como já visto no referencial teórico a segurança do trabalho enfatiza a prevenção dos acidentes de trabalho decorrentes dos inúmeros riscos operacionais existentes nos ambientes em que esse trabalho é executado, tais como: eletricidade, proteção de máquinas, armazenamento, dentre outros (SALIBA, 2005, p.24). Deste modo, os responsáveis pelas questões de segurança devem conhecer bem a realidade e as condições de trabalho do local de implementação das práticas de saúde e segurança.

4.3. SUGESTÕES DE AÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Diante dos resultados encontrados, é evidente que um local de trabalho que traz satisfação pode melhorar a relação das pessoas e a produtividade, como também diminuir acidentes, doenças, absenteísmo e rotatividade dos empregados. De acordo com Costa e Costa (2004, p.141), as ações de segurança e saúde no trabalho devem ser geridas levando-se em consideração o número de colaboradores existentes, os recursos disponíveis e os agentes de riscos presentes, com a finalidade de atender à legislação e de promover a saúde e o bem-estar.

Sugere-se, a partir destes princípios, a aplicação imediata de medidas simples como, uma melhor identificação e sinalização de locais inseguros e dos equipamentos de segurança existentes, adequação da maquinaria às características dos servidores dentro da sua rotina de trabalho, promoção e incentivo de hábitos saudáveis e de medidas prevenção do estresse através de exercícios físicos, eventos de confraternização entre servidores, melhoria da comunicação entre setores e recompensas materiais ou não-materiais pelos resultados alcançados no grupo.

Para que seja incentivada prática de exercícios físicos podem ser promovidas sessões de ginástica laboral, que é a realização de exercícios físicos no ambiente de trabalho, durante o horário de expediente, para promover a saúde dos funcionários e evitar lesões de esforços repetitivos e doenças ocupacionais.

Deve ser observados a aplicação dos objetivos da Saúde Ocupacional que são: 1) a promoção das condições ambientais, estando sempre atenta às necessidades básicas com relação à jornada de trabalho; 2) controle dos fatores causadores de doenças; 3) prevenção, redução e eliminação das causas prejudiciais, com o intuito de orientar e promover a educação correta na execução das atividades cotidianas e utilização dos materiais necessários para a realização destas.

Em nível institucional, a política de segurança deverá estar apoiada na definição de responsabilidades e atribuições entre o SESMT e a organização em pesquisa; comunicação, registro e investigação de acidentes; instruções e treinamento a todos os empregados, além da manutenção de um programa de treinamento de promoção e divulgação de assuntos preventivistas, visando desenvolver a cultura da prevenção entre os servidores.

4.4. REFLEXÕES FINAIS

Com o desenvolver deste trabalho, torna-se necessário destacar a sua importância prática como subsídio para a melhoria das condições de trabalho no órgão objeto do estudo. Desta forma, o objetivo geral de um estudo como esse tornar-se-á plenamente atingido a medida em que novos debates e discussões sobre tema forem estimulados, e algumas de suas descobertas forem aplicadas na realidade.

Faz-se necessário que os gestores de RH tomem consciência da utilização dos princípios de saúde e segurança como ferramenta para promoção da qualidade de vida dos

servidores e conseqüente, aumento da qualidade e produtividade dos serviços prestados pelo SESMT.

Contudo, estes resultados alcançáveis só serão factíveis se houver o comprometimento de gestores e servidores, neste sentido, uma comunicação eficaz é um excelente aliado na propagação dos objetivos da política de segurança no trabalho.

Em síntese, a Administração de Recursos Humanos tem grandes contribuições a dar, no seu caráter essencial de prover decisões integradas sobre as relações de emprego que influenciam na eficácia dos funcionários e das organizações.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rozane; BEZERRA, Cícero Aparecido; CAMANA, Rita; MERINO, Eugenio. **Estudo Ergonômico do Trabalho** - o caso do atendimento telefônico. In: XIV ENANPAD, Florianópolis, 2000.

ASSMANN, R. **A Gestão da Segurança do Trabalho sob a Ótica da Teoria da Complexidade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://aspro02.npd.ufsc.br/arquivos/230000/230000/18_230039.htm?codBib=>>. Acesso em 10 fev.2009.

ARAÚJO, Luís César G.de. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

BACKER, Paul de. **Gestão ambiental: A administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

CALADO, Marcello Eduardo Barboza. **Segurança do trabalho: acidentes fatais em Sergipe no período 1995-1997**. São Cristóvão: UFS, 2001.

CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luíz Paulo do. **Administração de recursos humanos**. v.1, 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1997 (biblioteca pioneira de administração e negócios).

CARVALHO, Mário César Marinho de. **Segurança no trabalho no departamento de polícia rodoviária federal do estado de Sergipe**. Monografia defendida no curso de Administração na UFS, São Cristóvão, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 3 ed. São Paulo: 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2.ed.2.reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Segurança e saúde no Trabalho:** cidadania, competitividade e produtividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Administração de Recursos Humanos:** um enfoque profissional. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. 8. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMEZ, Carlos Minayo; COSTA, Sonia Maria da Fonseca Thedim. **A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas.** In Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro, 1997. Disponível em <www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf>. Acessado em 05/01/09.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Claudia Rejane de; PACHECO, Eduardo; CARLOTA, Marta. **Saúde e segurança geram melhorias na qualidade do serviço público de transporte.** In: Artigo apresentado no congresso internacional de segurança e saúde no trabalho, São Paulo, 12-16 de Abril de 1999. Disponível em: <<http://instcut.org.br/inst/artigos.htm>>. Acesso em 21 jan. 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos:** do operacional ao estratégico. 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.

MORAES, Giovanni Araújo. **Normas regulamentadoras comentadas;** colaboração Juarez Benito, Carlos Roberto C. de Souza. 5. ed. vol. 1 e 2. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro 2005.

MORAES, Giovanni Araújo. **Elementos do sistema de gestão de segurança, meio ambiente e saúde ocupacional-SMS.** 1. ed. vol. 1. Rio de Janeiro 2004.

OLIVEIRA, Siderlei. Dia mundial em memória das vítimas de acidentes e doenças de trabalho. **CUT-Brasil,** São Paulo, 24abr.2007. Disponível em: <http://www.cut.org.br/site/start.php?inford=9418&sid=21>>. Acesso em: 21 jan.2008.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia Científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso; colaboração Grace Vieira Becker, Maria Ivone de Mello. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: avaliação e controle dos riscos ambientais.** São Paulo: LTr, 2005.

SAURIN, Tarcísio Abreu. **Segurança no trabalho e desenvolvimento de produto: diretrizes para integração na construção civil.** São Paulo: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-5132005000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 19 de setembro de 2008, 21:36:00.

SORDI, Dagmar Rosana; CUNHA, Ana Karina da Cunha. **Gerenciamento da Doença Ocupacional no Hospital. Quanto custa?** In: XIV ENANPAD, Florianópolis, 2000.

TAMBELLINI, A. **Avanços na Formulação de uma Política Nacional de Saúde no Brasil: As Atividades Subordinadas à Área das Relações Produção e Saúde.** Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1988.

VASCONCELLOS, L. C. F., **Os Caminhos do Caminho - a Municipalização como Estratégia de Consolidação da Saúde do Trabalhador no Setor Saúde.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1994.

VASCONCELLOS, L. C. F. RIBEIRO, F. S. N. **Investigação epidemiológica e intervenção sanitária em Saúde do Trabalhador - O planejamento segundo bases operacionais.** Cadernos de Saúde Pública, 13:269-275, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia; IGUTI, Aparecida Mari; ALMEIDA, Ildeberto Muniz. **Culpa da vítima: um modelo para perpetuar a impunidade nos acidentes do trabalho.** Cad. Saúde Pública vol.20 no.2, Rio de Janeiro Mar./Apr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000200026>. Acessado em 05/01/09.

ZOCCHIO, Álvaro. **Prática da prevenção de acidentes: ABC da segurança do trabalho.** 6.ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

ZOCCHIO, A. **Prática da prevenção de acidentes: ABC da Segurança do Trabalho.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.